

DIREITO DO TRABALHO

26/06/2019

I

A **Rodex** é uma empresa de transporte rodoviário de passageiros, com sede em Lamego, mas operando em carreiras regulares por todo o território nacional e em alguns percursos internacionais. Para se adaptar às condições do mercado, introduziu em todas as carreiras o sistema de cobrança de bilhetes pelo motorista e renovou a frota, adquirindo um conjunto de veículos com caixa de velocidades automática.

Responda, justificadamente, às seguintes questões: (cotação máxima de cada uma: 5 valores).

1) Um dos motoristas (**Abel**), com 32 anos de serviço e 60 de idade, teve dois acidentes após a introdução, pela empresa, do novo sistema de cobrança. No inquérito, Abel atribuiu os acidentes a desconcentração provocada pela cobrança, feita muito à pressa para não atrasar o serviço. O regulamento interno da Rodex estabelece que a cobrança se fará apenas com o veículo parado, e que os atrasos das carreiras serão somados, determinando, em cada mês, descontos na retribuição-base dos motoristas, à razão de 0.5 % por hora. A Rodex moveu um processo disciplinar contra Abel, por condução imprudente, do qual resultou, em conformidade com o referido regulamento interno, a aplicação da sanção de 35 dias de suspensão. Abel pretende contestar judicialmente esta sanção. Comente a situação.

2) Outro motorista (**Bruno**), de 34 anos, recusou conduzir um dos autocarros novos, por ter caixa de velocidades automática, com a qual “não se entendia”. Convocado para uma acção de formação e treino de condução com caixa automática, recusou também, alegando que a empresa continuava a ter autocarros com caixa não automática, sistema em que ele sempre tinha trabalhado sem dificuldades, nem atrasos. Mas esses veículos estavam agora reservados ao serviço interno da empresa, e a sua condução fora confiada a motoristas mais velhos que Bruno, não havendo qualquer vaga nesse serviço. Perante as recusas de Bruno, a Rodex considerou não haver possibilidade de ele prestar a sua actividade na empresa, pelo que lhe comunicou a caducidade do contrato. Qual a sua opinião sobre este procedimento?

3) Cinco motoristas, contratados já depois das referidas alterações introduzidas pela empresa, com expressa indicação (nos seus contratos) de que iriam “prestar integralmente o serviço de condução de autocarros de passageiros”, declararam não estarem dispostos a vender bilhetes, uma vez que esse trabalho não constava do descritivo da categoria de Motorista constante do contrato colectivo aplicável (o que é verdade), e, ao longo dos vinte anos de existência da empresa, sempre fora feito pelos cobradores (o que é também verdade). Ora todos os cobradores tinham sido, meses antes, abrangidos por um despedimento colectivo. A Rodex pretende agora iniciar um procedimento de despedimento colectivo dos cinco motoristas. Como advogado da empresa, o que lhe aconselharia, em termos de legalidade?

II

Responda apenas a uma das seguintes questões teóricas: (cotação máxima: 5 valores)

- 1) Existe fundamento para que se diga que o direito a férias gozáveis em certo ano “se reporta” ao trabalho prestado no ano anterior?
- 2) Pode dizer-se que o trabalhador está protegido por uma garantia de “inamovibilidade”?